



**Reunião ordinária** – Ata n.º 26/2016

**Data** 2016-10-17

**Início** 14.33 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.08 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----**

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2016 -----**

**BALANCETE-----**

**PROPOSTAS:-----**

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

**N.º 01 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2016  
(35/PPRC/PR/2016)-----**

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES: -----**

**N.º 02 – REVOGAÇÃO DO ATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA  
MUNICIPAL (23/PPSR/DAJA/2016 - 19/DIVER/DAAOA/2013)-----**

**PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR RUI SERRANO: -----**

**N.º 03 – FESTA DOS TABULEIROS (24/PPSR/DAJA/2016 - 90/DIVER/DAJA/2016) -----**

**N.º 04 – PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE TOMAR (25/PPSR/DAJA/2016 -  
90/DIVER/DAJA/2016) -----**

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**



J.

M

**N.º 05 – OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL** (302/JUEL/DGT/2016 - 313/EDIF/DGT/2016 e 48/RJUE/DGT/2016 - 313/EDIF/DGT/2016) -----

**N.º 06 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER** (6480/ENTE/DAJA/2016)----

**DIVISÃO FINANCEIRA:**-----

**N.º 07 – TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)** (680/PGEN/DF/2016 - 1/RECE/DF/2016)-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 08 – DIA INTERNACIONAL CIDADES PELA VIDA – CIDADES CONTRA A PENA DE MORTE** (6497/ENTE/DAJA/2016 - 15/ATIVEV/DTC/2015)-----

**N.º 09 – II FEIRA MEDIEVAL “CEYCEYRA MEDIEVAL”** (89/PGEN/DTC/2016 - 25/ASSCUL/DTC/2014)-----

**Sendo catorze horas e trinta e três minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções:** -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** começou por informar que a medicina interna já está a funcionar no Hospital de Tomar, para já, com vinte e duas camas, com possibilidade de extensão até vinte seis, na época de inverno, no caso de as situações clínicas o exigirem; já conta com médicos, enfermeiros, pessoal auxiliar e doentes. Referiu que só virão médicos contratados para garantir parte do serviço noturno; em termos normais, durante o dia e uma parte da noite, será garantido por médicos do quadro do centro hospitalar. Disse que, agora, a questão central é procurar criar condições e, se for preciso, fazer alguma pressão junto do Ministério para a aquisição do TAC, que está prometido para o primeiro trimestre de dois mil e dezassete e que, de alguma maneira, irá criar maiores condições de trabalho aos profissionais, e de conforto aos doentes. Referiu que, não havendo TAC, neste momento, caso seja necessário, os doentes terão que se deslocar a Abrantes, o que causa incómodos, pelo que há que fazer todos os esforços e démarches para que a promessa seja cumprida. -----

Complementando, **a Sra. Presidente** informou que, em princípio, a abertura oficial da medicina interna ocorrerá no próximo dia vinte, em hora a determinar, sendo certo que, logo que seja conhecida, será enviado convite aos Srs. Vereadores para estarem presentes na cerimónia.-----

**O Sr. Vereador Rui Serrano** apresentou uma proposta para desenvolvimento de uma incubadora de empresas, a funcionar na Casa dos Cubos, com a denominação TOMARCRIATIVA, com vista a envolver a comunidade empreendedora do concelho de Tomar,



J.  
A.V.

no caminho da inovação, contribuindo para a regeneração urbana, social e económica do concelho e consolidando também os seus recursos e oferta cultural, criando memória e aspirações a uma renovada dinâmica tomarense. Apresentou também uma proposta para enquadrar a reabilitação da Igreja de S. João Batista, de forma faseada - numa primeira fase, um conjunto de intervenções urgentes ao nível estrutural, coberturas e impermeabilizações, e instalação de esgotos pluviais, estimado num valor global de quatrocentos e cinquenta mil euros -, salvaguardando um património de valor inestimável, que é de todos os tomarenses, na revisão a acontecer no final do ano, pelos municípios que superarem os objetivos de concretização dos projetos em curso, no que ao financiamento comunitário diz respeito, e no âmbito da ITI - Intervenção no Território Integrada que foi contratualizado com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por sublinhar que acha muito bem que sejam convidados para a cerimónia que terá lugar no Hospital referindo que nunca se esquece que não recebeu nenhum convite quando o Hospital foi inaugurado e que foi a título particular que, há poucos anos, o visitou. Disse que, contudo, não deixa de ser curioso este convite quando, a semana passada, aprovaram aqui o projeto de Palhavã e ele foi apresentado à população sem a presença dos vereadores. Disse que já percebeu que foi apresentado em termos partidários, e não de Câmara, como foi noticiado, porque, se a lógica é convidar os vereadores para essas coisas também o deviam ter sido para essa apresentação, pois a Câmara são os sete. Referiu que acha muito bem que o projeto tenha sido apresentado à população e também que o Sr. Presidente da Junta tivesse estado presente porque a gestão municipal faz-se com os Presidentes de Junta e acha que os devem envolver nestas cerimónias e no desenvolvimento dos projetos porque, quer se queira quer não, eles estão sempre mais perto da população e participam ativamente e, muitas vezes, de uma forma muito dinâmica; neste caso, não tem dúvidas que o Sr. Augusto é uma pessoa trabalhadora e interessada e foi bom que estivesse presente na apresentação dos projetos, assim como os vereadores teriam estado se tivessem sido convidados. De seguida referiu-se à questão da medicina interna e ao que foi dito pelo Vereador Bruno Graça, sublinhando que, nestas coisas, convém haver memória e, quando as cento e vinte e duas camas de medicina interna foram embora o agora vereador reagiu publicamente, de uma forma!, e bem!, e agora, contenta-se com vinte e duas, menos cem do que já teve, o que não deixa de ser curioso. Disse que é bom que as coisas se assumam e se vão concretizando, e todos conhecem as dificuldades que existem a nível central - financeiras, de colocação de médicos e outras - mas o Vereador Bruno Graça não tem dito que é curto, a



g.  
A

ideia que tem transmitido é que é o suficiente, o possível, e quer registar isto, sem, contudo, por em causa o esforço que este tenha feito, em termos de diálogo, para que isto acontecesse. Chamou a atenção para o fato de se ir ignorando os canteiros para árvores que estão devolutos há muito tempo, por exemplo na rua Fábrica da Sola, por trás do Centro de Formação, para que a situação possa ser revista, até porque, se calhar, está na altura de poderem ser plantadas. Reiterou a questão relativa à faturação dos SMAS, por estimativa, nomeadamente quando as pessoas passam de escalão, solicitando à Sra. Presidente que confirme que, pelo menos no final do ano, as coisas são acertadas; não faz sentido que uma pessoa que, durante doze meses, teve um consumo médio de x e pela média fique no segundo escalão, mas tenha passado pelo terceiro escalão nalgum mês, não seja ressarcida disso. Disse que teve conhecimento que, quando uma pessoa fornece a contagem da água e a contagem não está certa aquando da deslocação para confirmação da leitura, são debitados três euros ao consumidor, pedindo à Sra. Presidente que informe se assim é ou não, sendo certo que, a ser verdade, é preciso saber se a deslocação ocorre no próprio dia da entrega da contagem ou se a pessoa não terá gasto água nos dias que medeiam entre a transmissão da contagem e a contagem presencial pelo trabalhadores dos SMAS. Referiu que, se a fatura já é tão pesada, a verificar-se, é um exagero. -----

**A Sra. Presidente** disse que vai recolher informação sobre o procedimento na questão do acerto quando o consumidor passou de escalão. Informou que não sabe se entendeu bem a segunda questão relativa à faturação dos SMAS, sendo certo que há lugar ao pagamento da deslocação quando o cliente pede aos serviços que se desloquem ao local para reconfirmar a leitura dos contadores. Referiu que, estando em curso a elaboração do orçamento dos SMAS e o respetivo tarifário, tentaram retirar essa deslocação, mas é uma obrigação da ERSAR e não a vão conseguir retirar, se é disso que estão a falar. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** esclareceu que não é essa questão porque, nesse caso, a pessoa pede a prestação de em serviço; a questão que lhe foi apresentada é que há lugar ao pagamento de três euros quando a pessoa fornece uma leitura, por exemplo no termo de um contrato de arrendamento, e os serviços, em deslocação ao local, para cortar, ou para confirmar a leitura, constatam que a leitura não coincide. Referiu que, se a pessoa dá a contagem não está a pedir para irem confirmar e, se é um serviço normal que se faz quando alguém dá a contagem, não fará nenhum sentido esta cobrança. -----

**A Sra. Presidente** referiu que os serviços só voltam ao local quando há uma reclamação do cliente, mas vai averiguar a questão que lhe foi colocada. -----



**O Sr. Vereador Bruno Graça** referiu-se à intervenção do Vereador Pedro Marques realçando que, em determinado momento, quando se iniciou o esvaziamento do hospital, naturalmente, teve uma posição, a qual, em termos de objetivo, não mudou, é exatamente a mesma; agora, estando aqui com responsabilidades, entende que era preciso definir uma estratégia para se conseguir chegar onde se quer chegar, e pensa que foi correta a estratégia adotada pelo Executivo, porque está a dar resultados. Sublinhou que ninguém é capaz de aqui dizer que o ouviu dizer que vinte e duas camas são suficientes, o que diz é que é um primeiro passo importante na reversão do que estava a ser feito terem conseguido a abertura da medicina interna com vinte e duas/vinte seis camas, com médicos de Tomar, e que, agora, dentro dessa estratégia, a aquisição do TAC, o mais rapidamente possível, é fundamental para, depois, logo a seguir, terem outros objetivos. Referiu que, em termos partidários e panfletários, a luta não terminou, a luta continua; só que, em cada momento, há passos que têm que percorrer para conseguir chegar onde querem e entendem que é justo. Relativamente à situação dos canteiros, reconheceu que as coisas ainda não estão bem e que ainda há muitas coisas que têm que ser feitas, mas é preciso equipamentos, pessoas e organização. Realçou que, nos últimos dez ou quinze dias, as margens do Nabão, desde o Açude até à zona do parque de estacionamento Santa Iria, sofreram uma profunda limpeza, como há muito não se fazia, pelo menos nalguns locais, e que é urgente o tratamento das árvores, pois, durante anos e anos, não se tratou das árvores da cidade e, como seres vivos, têm doenças e dificuldades que, se não forem olhadas e tratadas, se agravam e, depois, quando querem remediar, já não há remédio e têm que lhes fazer o funeral. Concordou que a situação não está boa e que não se estão a dar todos os passos que se impunham, mas, também aqui, estão a dar passos no sentido de ir melhorando as coisas. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que começam a perceber qual é a estratégia quanto ao Hospital; nunca souberam concretamente que era esta ou aquela estratégia; se é esta, percebe-a perfeitamente, mas também pergunta para quando as urgências médico-cirúrgicas, sendo certo que, se vierem a seguir, é óbvio que ficarão todos satisfeitos. Perguntou se os trabalhadores da empresa Ferrovia, que faz a limpeza na cidade, fazem trabalho à hora ou por serviço e por zona. -----

**A Sra. Presidente** referiu que a empresa foi contratada pelos SMAS para efetuar limpeza urbana e que a forma de relacionamento da empresa com os seus trabalhadores os ultrapassa. Esclarecendo, **o Sr. Vereador Pedro Marques** disse que a questão não é essa, quer é saber



*Ji*  
*[Signature]*

se pagamos à empresa determinado serviço em determinada zona, ou se pagamos esse mesmo serviço com base nas horas efetuadas.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** informou que, no essencial, a empresa assegura o serviço ao sábado e domingo de manhã, quatro horas em cada dia, entre o colégio Nuno Álvares e a Câmara Municipal, a que se juntou a zona da Várzea pequena (papeleiras e assim) e um ou outro ponto, sendo certo que o serviço e a zona de intervenção estão bem determinados no contrato. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que desconhece se o trabalho é fiscalizado ou não, mas, casualmente, tem reparado que os carros estão parados três quartos de hora, meia hora ou até uma hora. Referiu que nunca poria em causa o direito de qualquer trabalhador de parar, para fazer as suas necessidades fisiológicas, beber um café ou tomar o pequeno almoço, mas num período razoável de quinze ou vinte minutos. Adiantou que, há cerca de um mês, particularmente, abordou o assunto com o Vereador Bruno, mas a história repete-se constantemente (deixam o carro em sítio onde passa normalmente) e alerta para a situação, porque podem chegar à conclusão que estão a pagar um trabalho de quatro horas e, se calhar, três horas e meia chegavam; não podia deixar de fazer o reparo mas quem gere é que terá que saber se as coisas estão corretas ou não estão, e tomar as atitudes que devam ser tomadas; não é contra os trabalhadores que fala, é a empresa que tem que dar resposta, porque se o trabalho que tem que assegurar demora cinco horas é uma coisa, mas se pagamos quatro horas e é feito em menos tempo é outra coisa. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** esclareceu que foi calculado que quatro horas chegavam para o trabalho contratado. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** referiu que a medicina interna vem esta semana, mas o mais importante, para complementar, é a urgência médico-cirúrgica, porque os nossos doentes ainda terão que recorrer aos serviços de Abrantes, até uma data ainda por definir, e andar num vai e vem por tempo indeterminado. Disse que isto carece de um esforço acrescido, que continuem com esta batalha por forma a conquistar e angariar o que foi perdido. Realçou que se congratula por, esta semana, o tomarense, e seu amigo, Nuno Merino, recentemente medalhado por este Município, ter sido nomeado treinador da equipa nacional dos EUA. Disse que esta nomeação só lhes demonstra que, cada vez mais, e continuamente, o desporto tem que ser acarinhado no Município; têm um conjunto de jovens que têm trabalhado muito e dado provas, estão entre os melhores; têm que olhar ainda mais para todas as associações que têm demonstrado formar bons quadros; o trabalho tem que ser continuado. Por último, referiu que



J.  
M.

Palhavã é daqueles casos que, como muitos outros, carecia de obras de intervenção, mas, na sua opinião, e do PSD, é uma obra que não pode ser feita à pressa, tem que ter os seus timings e há que analisar bem todo o projeto. Referiu que, hoje, passaram lá e verificaram um conjunto de carros parados, do lado direito e do lado esquerdo, e tem que ser explicado àquela população - que, ao longo destes anos, tem sofrido um conjunto de dissabores e tem tido menos condições de vida - que terão que deixar os seus carros a muitos metros de casa e que, muito provavelmente, só vão ter passeios de um lado. Salientou que convém analisar todo o projeto porque é uma obra para muitos e muitos anos (dezenas) e seria importante uma análise ao conjunto de infraestruturas por forma a não condicionarem o que hoje também existe, por excesso. -----

**A Sra. Presidente** sublinhou que os assuntos inerentes ao Centro Hospitalar do Médio Tejo têm merecido o acordo dos presentes e não tem havido divisões entre as forças aqui representadas. Defendeu que não devem desvalorizar a inversão do ciclo que vinha sendo seguido de retirar serviços da Unidade de Tomar; estão agora num ciclo de inversão com a chegada da medicina interna; a seguir virá o TAC, por iniciativa do próprio Conselho de Administração, dado que nem sequer tinha sido colocado pelo Executivo. Defendeu que não devem deixar cair a questão da urgência médico-cirúrgica (ganharam esta batalha, mas ainda não ganharam a guerra), devem deixar consolidar o TAC, que pode ser importante na argumentação que vão usar na questão da urgência médico-cirúrgica, e, nessa altura, haver uma nova tomada de posição pela Câmara Municipal no sentido de continuar a fazer pressão para a vinda desta valência. Realçou que a nomeação do Nuno Merino é motivo de orgulho para todos os tomarenses e que é sempre bom ver reconhecido lá fora o bom que a nossa terra tem. No que se refere à obra de Palhavã, disse que tudo isso foi explicado aos moradores. Referiu que, nos SMAS, já havia um projeto para Palhavã, orçamentado na casa de um milhão e tal de euros, que contemplava a substituição da conduta de água (entende que a Câmara não tem que assumir esta substituição porque a conduta é da EPAL) e não contemplava arranjos exteriores; projeto que foi todo reformulado. Disse que é uma obra que, para já, exige negociação com os outros operadores (telecomunicações, eletricidade e gás), o que está a acontecer, e é uma obra que vai demorar algum tempo (não se pode estar a escavar ao lado de uma conduta como se escavaria se não houvesse essa conduta); é bom que tenham consciência que não é uma obra que se faça num dia ou dois e que o caderno de encargos tem que ser muito bem preparado para que as coisas cheguem a bom porto. Recordou que optaram por dividir a intervenção em duas obras: a rua das Mimosas,



Handwritten signature and initials in the top right corner.

candidatada a fundos comunitários no âmbito do POSEUR; e a rua Corredoura do Mestre, não passível de candidatura, a expensas da Câmara Municipal.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** realçou que projetos como o dos minitrampolins demoram anos até terem algum resultado positivo, e sempre defendeu que, em Tomar, deviam apostar nestas modalidades em que, se calhar com menos custos, se tiverem apoios e técnicos de qualidade, poderão atingir bons resultados, sendo disso exemplo a nomeação do Nuno Merino. Recordou que, em tempos de vacas muito magras, o equipamento de trampolins que foi necessário adquirir custou cerca de quatro mil contos; foi uma aposta na altura, que, mesmo com as divergências que houve na Gualdim Pais, e o aparecimento do Ginásio Clube, não parou; sempre se puseram os atletas e a modalidade à frente de quaisquer outras situações. Defendeu que é nestas áreas que não podem perder o passo, já deram resultados e podem continuar a dá-los, foi um trabalho continuado que tem que ser continuado. Recordou que a Câmara Municipal chegou a pagar o alojamento a um técnico chinês da modalidade que veio para Tomar, também para verem a mudança que se operou na China, que todos agora reconhecem; técnico que, neste momento, é um potencial investidor em Portugal, mas, na altura, para ter condições para cá ficar, e fazer o trabalho que fez, teve que se lhe pagar a renda da casa. Lembrou a Sra. Presidente que, na passada quinta feira, teve lugar a Assembleia Geral da ONU, pelo que, como acordado, na próxima reunião, deve ser apresentada a proposta para se congratularem com a eleição do Engenheiro António Guterres como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.-----

**A Sra. Presidente** referiu que a ordem de trabalhos saiu na quarta-feira e o combinado foi promover o agendamento depois de realizada a Assembleia Geral.-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse que não quis ser ele a falar no Nuno Merino e nos trampolins, mas, de facto, Tomar tem a Ana Rente, ginasta olímpica, o Nuno Merino, ginasta olímpico que, neste momento, atingiu uma craveira enorme em termos técnicos, assim como tem outros professores que são selecionadores de trampolins na Suíça. Defendeu que, em termos desportivos, esre projeto, e outros deste tipo, deviam ser abraçados pela Autarquia porque os desportos individuais são acessíveis para Tomar ter louros, porque os jovens estão cá até aos dezasseis/dezassete anos e podem ter louros – realçou que a Ana Rente foi campeã europeia de juniores quando era atleta da Gualdim Pais – antes de rumarem a Lisboa, para estudar. Defendeu que é uma vertente estratégica importante que Tomar podia ter, para atuar no campo do desporto e dos desportos individuais - realçou que, neste momento, Tomar tem a Patrícia Sampaio, recentemente homenageada pelo Executivo Municipal, que é potencialmente



*[Handwritten signature]*

uma atleta para ir aos próximos jogos olímpicos na sua modalidade, o judo – porque são áreas onde as crianças e os jovens estão em Tomar até ao décimo segundo ano e depois, saem para estudar e são os outros, como o SCP e o SLB, a dizer que eles é que são muito bons e os fizeram, mas é evidente que não é assim, se são hoje o que são é porque, no interior, as coletividades os fizeram.

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte seis de setembro de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.:**

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia catorze de outubro de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, oitocentos e sete mil, duzentos e seis euros e cinquenta e oito cêntimos (3.807.206,58€) em Operações Orçamentais, e cento e sete mil, cento e vinte e dois euros e trinta e três cêntimos (107.122,33€) em Operações Não Orçamentais.

**PROPOSTAS:**

**PROPOSTA DA SENHORA PRESIDENTE:**

**N.º 01 – NATUREZA PÚBLICA DA REUNIÃO DE 24 DE OUTUBRO DE 2016**

Foi presente proposta da Sra. Presidente do seguinte teor:

"Para permitir o agendamento e tomada de deliberação referente ao Plano de Pormenor dos Pegões, proponho ao Executivo Municipal que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar, delibere tornar pública a reunião de 24 de outubro de 2016."

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou tornar pública a reunião de 24 de outubro de 2016, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º do Regimento da Câmara Municipal de Tomar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES:**

**N.º 02 – REVOGAÇÃO DO ATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL**

A proposta foi retirada pelo proponente.

**PROPOSTAS DO SENHOR VEREADOR RUI SERRANO:**

**N.º 03 – FESTA DOS TABULEIROS**



Co.  
[Signature]

Foi presente proposta do Sr. Vereador Rui Serrano do seguinte teor:-----

"A Festa dos Tabuleiros, marca e pilar da identidade e carácter da comunidade tomarense; elemento singular pela notável e verdadeiramente excepcional capacidade de congregar e unificar; património de reconhecido valor cultural, com uma surpreendente inteligência para permanecer renovando-se, é também uma importante marca nacional do povo português, que aqui ocorre, como se a ela pertencesse (e pertence). -----

Num momento em que são publicadas as contas da última edição da Festa, é fundamental e obrigatório enaltecer o sucesso da sua organização, que personalizo no seu líder e Mordomo, João Víctal, representante do nosso maior potencial, que ali se expressa numa realidade que nos supera a todos, individualmente e como comunidade. Não podemos deixar notar a cada vez maior ligação dos jovens tomarenses à Festa dos Tabuleiros, dos que aqui habitam e dos que escolheram outros lugares para trabalhar e viver. Seria um enorme e imperdoável erro, não reconhecermos, com a maior das seriedades e com a maior rapidez, que nesta dinâmica de assunção e orgulho dos jovens tomarenses, se encontra uma das maiores alavancas para o futuro que ambicionamos todos para Tomar mas que, repetidamente, adiamos.-----

É também o momento de, definitivamente e sem perder mais tempo, honrar a importância que o génio da Festa dos Tabuleiros tem para Tomar e para o País. -----

Considerando estas circunstâncias favoráveis, proponho que este executivo delibere: -----

1. Promover o desenvolvimento do projeto do Núcleo Museológico da Festa dos Tabuleiros, em parceria com a Comissão Central da Festa; -----
2. Que o Núcleo Museológico, por razões históricas e patrimoniais, seja acolhido na Casa Vieira Guimarães, edifício icónico de Tomar, actual sede da Comissão Central da Festa dos Tabuleiros; -----
3. Que se proceda à constituição de uma equipa interna, do Município, que avance desde já, junto da DGPC - Direcção Geral do Património Cultural, com o registo da Festa dos Tabuleiros no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; -----
4. Promover a cooperação e o envolvimento institucional da CCDR Centro, Turismo de Portugal e DGPC, no apoio ao desenvolvimento de um plano de salvaguarda integrada do Património da Festa dos Tabuleiros; -----
5. Dar início à elaboração do dossier de candidatura da Festa dos Tabuleiros à lista representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, depois de constituída a respectiva comissão de elaboração da mesma candidatura. -----

Não posso deixar de apelar ao compromisso de todos os que constituem este executivo, para



que estas acções se encarem como objectivos que ambicionemos desenvolver e concretizar até ao final deste mandato.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 04 – PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DE TOMAR** -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Rui Serrano do seguinte teor:-----

“ O Parque de Campismo Municipal de Tomar é, pela localização privilegiada e do ponto de vista turístico, um equipamento estratégico para o concelho. É também uma mais-valia por constituir-se como uma oferta de alojamento singular, que não se esgota na acomodação de pessoas, mas que se estende a uma potencial dinâmica de associação a actividades económicas complementares (restauração, actividade desportiva, lazer, promoção de produtos locais), e obrigatoriamente à fruição ambiental integrada no centro histórico da cidade, que só um parque de campismo com estas características possibilita. -----

Não posso ficar indiferente às recentes declarações da Sra. Presidente de Câmara, na última Assembleia Municipal de Tomar, referindo-se à última inspecção da ASAE e à impossibilidade e impotência do Município de Tomar para legalizá-lo. A abordagem ao assunto é demasiado grave porque propõe um cenário, a nenhum nível benéfico, válido e aceitável para Tomar.-----

O Parque de Campismo Municipal de Tomar tem, pelo seu enquadramento único, um enorme potencial de reabilitação ao abrigo do financiamento comunitário, que o Quadro Portugal 2020 permite e incentiva. Não só ao nível da eficiência energética, mas igualmente na reabilitação de equipamentos existentes para novos usos. Tenho a convicção que, com criatividade e engenho, à semelhança de outros municípios, conseguiríamos enquadrar este investimento estruturante. -----

Considerando que a CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, aponta como prioritário no seu Plano Estratégico para o desenvolvimento turístico da região, a valorização de unidades de alojamento não convencionais, fomentando a qualificação dessa oferta turística; -----

Considerando que é o único Parque de Campismo Urbano na região do Médio Tejo integrado num centro histórico, sendo ao mesmo tempo o segundo (dos 12 parques de campismo existentes) com maior capacidade de alojamento (aproximadamente 250 pessoas), com uma dimensão com 20.850 m<sup>2</sup>, com este enquadramento paisagístico, natural e cultural de excelência; -----

Considerando que este executivo, em início de mandato, suspendeu o Plano Diretor Municipal



*[Handwritten signature]*

de Tomar, para viabilizar um investimento de 5 milhões de euros da empresa Lusiaves, na ampliação das suas instalações, e que neste momento se encontra em fase de conclusão; -----  
Considerando que este executivo, em devido tempo (na Assembleia Municipal de Setembro de 2016) suspendeu o Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, para concretizar o investimento de 4,5 milhões de euros numa unidade de residências assistidas da Santa Casa da Misericórdia de Tomar; -----

Considerando que existem investimentos privados identificados pelo Município, concretamente a instalação de um projeto inovador de Eco Resort nas margens do rio Nabão, num valor estimado 650 mil euros, à que se junta uma intenção de reabilitação das antigas instalações da Fabrica de Fiação de Tomar e respectiva envolvente, com um investimento global superior a 10 milhões de euros; -----

Proponho que seja deliberado:-----

- Promover, de imediato, junto da CCDRLV, a suspensão do Plano de Pormenor do Parque Desportivo e Açude de Pedra, com a aplicação de medidas preventivas e a sua consequente revisão, no sentido de viabilizar a legalização do Parque de Campismo Municipal de Tomar, e enquadrar os respetivos investimentos privados já apresentados a este Município.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 05 – OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL**-----

**REQUERENTE: JUSTINO LOURO FERNANDES & FILHOS, LIMITADA**-----

Foi presente o processo n.º 313/2016, relativo a obras de ampliação de um pavilhão industrial na Zona Industrial, União das Freguesias de Madalena e Beselga, com as informações n.ºs 9131/2016 e 9149/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aprovação do revestimento da cobertura em painel sandwich, pelos fundamentos apresentados.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o revestimento da cobertura em painel sandwich tipo “Perfitec Rooftec”, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do RMUE, conforme proposto nas referidas informações, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do PSD, embora nada tenham



contra o mérito da proposta, não podem aceitar a forma como a mesma é apresentada neste órgão executivo. -----

Com efeito, a competência para deferimento, segundo o nosso entendimento, foi objeto de delegação de competências e, por sua vez, objeto de subdelegação no vereador responsável.

A proposta foi apresentada sem a devida fundamentação, que justifique apresentar a mesma à aprovação no órgão que supostamente delegou a sua decisão. -----

Neste sentido, abstemo-nos.”.-----

#### **N.º 06 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER -----**

Foi presente o pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Casal, inscrito na matriz sob o artigo n.º 39, secção AH, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, de que é titular Jenny Christina Tonkin, para efeitos de venda a Simon James Fulton e Daniela Adelia Caradonna, com informações n.ºs 9317/2016 e 9378/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio conforme requerido, desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 39, secção AH, da União das Freguesias de Madalena e Beselga, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

#### **DIVISÃO FINANCEIRA: -----**

#### **N.º 07 – TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) -----**

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente, referente às informações n.ºs 2101/2016 e 2156/2016 da Divisão Financeira: “A reunião de câmara para deliberar a remessa à Assembleia Municipal da seguinte proposta de taxa de IMI do ano 2016 para aplicação no ano 2017: 1. Manutenção da taxa de 0,35% 2. Minoração para famílias com 1 dependente: 20€, com 2 dependentes: 40€, com 3 ou mais dependentes 70€, medida que tem um impacto financeiro na receita cobrada de IMI no valor de 93.910,00€, de acordo com os dados fornecidos pela Autoridade Tributária.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou propor à Assembleia Municipal, ao abrigo dos n.ºs 1 e 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a fixação da taxa de 0,35% para os prédios urbanos; e, ao abrigo do n.º 1 do artigo 112.º A do referido CIMI, a minoração de 20,00€ (vinte euros) para famílias com um



dependente, 40,00€ (quarenta euros) para famílias com dois dependentes e 70,00€ (setenta euros) para famílias com três ou mais dependentes.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 08 – DIA INTERNACIONAL CIDADES PELA VIDA – CIDADES CONTRA A PENA DE MORTE**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente, referente à informação n.º 1460/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de adesão à iniciativa Cidades pela Vida-Cidades contra a pena de Morte, da Comunidade de Santo Egídio.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta de protocolo nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 09 – II FEIRA MEDIEVAL “CEYCEYRA MEDIEVAL”**-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente, referente às informações n.ºs 1318/2016 e 1411/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho de autorização do apoio logístico concedido à II Feira Medieval “Ceyceyra Medieval”, promovida pela Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Asseiceira e pelo Rancho Folclórico “As Lavadeiras” de Asseiceira.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho de autorização do apoio concedido ao evento.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e oito minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---